



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

GESTÃO 2024 – PRESIDENTE: VEREADOR RICARDO FERNANDO DE SOUZA

PROCESSO N.º 034/2024 – CONTRATAÇÕES

LEI N.º 14.133/2021

**COTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS PARA
A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO/RS**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Aquisição de livros para capacitação e atualização dos servidores da Câmara de Vereadores de Triunfo, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência.

1.1 O presente termo de referência tem por objetivo determinar as condições, quantidades, exigências e estimativas de valores das contratações:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor Máximo UNITÁRIO (R\$)	Valor Máximo TOTAL (R\$)
1	Guia prático da nova Lei de Licitações e Contratos 2023 - Autor Alexandre Nunes de Moraes.	UNID.	02	128,97	257,94
2	Nova Lei de Licitações comparada Artigo por Artigo 2021 - Autor Alexandre Nunes de Moraes	UNID.	02	77,43	154,86
3	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para municípios Vol I Licitações - Autor Marcelo Palavéri	UNID.	02	205,17	410,34
4	Nova Lei de Licitações e contratações públicas para municípios Vol II	UNID.	02	79,65	159,30



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

	Contratos Administrativos - Autor Marcelo Palavéri				
5	Redação Oficial - Normas e modelos- Autor Adalberto J. Kaspary, 20ª edição 2017	UNID.	01	70,68	70,68
6	Técnica Legislativa - Legística Formal - Autor Kildare Gonçalves Carvalho , 6ª edição, Ano de edição 2014; ano de publicação 2020	UNID.	01	121,57	121,57
7	Direito Municipal Brasileiro – Autor Hely Lopes Meirelles 21ª edição Ano 2024	UNID.	01	198,00	198,00
8	Processo Legislativo Constitucional – Autor João Trindade de Cavalcante Filho - 7ª edição – Ano 2024	UNID.	01	142,65	142,65
9	Curso de técnica legislativa: Teoria e Prática Autora: Marcela Domingos de Albuquerque. Ano 2021. Editora Dialética	UNID.	01	90,45	90,45
TOTAL				1.114,57	1.605,79

1.2 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS: O objeto da contratação se enquadra na classificação:

- () bens ou serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021);
- (x) bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021);
- () serviço especial de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b” Lei n.º 14.133/2021);
- () serviço comum de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b” Lei n.º 14.133/2021);

2. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação do objeto descrito a fim da necessidade de aprimoramento contínuo e atualização dos servidores desta casa legislativa, sobretudo de assuntos relacionados ao dia a dia da Câmara de Vereadores de Triunfo (RS).



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

3. PRAZOS

- 3.1. O prazo para execução do objeto será de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da nota de empenho.
- 3.2 A entrega do objeto será realizada no seguinte endereço: Rua Professor Coelho de Souza, nº 210, Centro, Triunfo, RS, CEP 95840-000;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 No preço proposto considerar-se-ão inclusos todos os custos referentes à entrega, materiais, equipamentos e ferramentas, motorista, combustível, vistorias, encargos e depreciação do veículo, bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, manutenção, previdência social, tributos, seguros, material de consumo, lucro e tudo mais que for necessário durante todo o prazo de prestação do objeto ora contratado;
- 4.2 Os materiais deverão ser novos e entregues acondicionados em sua embalagem original lacrada, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme procedimentos do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento;
- 4.2.1 Os materiais devem ser de qualidade, originais de fábrica, não serão aceitos produtos reciclados ou outra terminologia empregada para indicar que o produto é proveniente de reutilização de material;
- 4.3 Quaisquer produto será recusado, caso esteja nas seguintes condições:
- 4.3.1. Entregue em desconformidade com as especificações desse Termo de Referência;
- 4.3.2 Caso qualquer objeto adquirido não seja novo;
- 4.3.3 Apresente rasuras ou com erros de impressão;
- 4.4 O objeto será recebido provisoriamente pelo servidor responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 5.1 Fiscalizar, orientar, impugnar e dirimir dúvidas emergentes da prestação de fornecimento/serviços objeto deste contrato;
- 5.2 Receber os produtos/serviços. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações, rejeitá-lo, no todo ou em parte;
- 5.3 Efetuar os pagamentos na data estabelecida no presente Termo de Referência.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 6.1 Arcar com encargos trabalhistas, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, tributários, tarifas, fretes, seguros, transporte, materiais, combustível, motorista habilitado, mão de obra, peças, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir no período de contratação. Entendem-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, máquinas e ferramental, transporte de material, de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato.
- 6.2 Cumprir fielmente os termos deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 6.3 Indenizar terceiros e a CONTRATANTE por todos os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato;
- 6.4 Assumir todas as responsabilidades inerentes à atividade da empresa, inclusive despesas decorrentes de eventuais acidentes, abrangendo danos pessoais, multas e outros que venham a ocorrer no cumprimento deste contrato, ficando a CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade ou indenização;



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

- 6.5 Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, com fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra a serem utilizados na execução do Contrato, incluindo equipamentos de proteção individual e coletivo;
- 6.6 Prestar toda e qualquer informação sobre à execução do objeto contratado;
- 6.7 Responder pela qualidade, quantidades, validade, segurança e demais características do serviço/produto, bem como as observações às normas técnicas;
- 6.8 Observar na execução, os princípios de boa técnica e qualidade;
- 6.9 Quando da realização do objeto, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- 6.10 Executar o objeto especificado neste instrumento, não sendo permitida qualquer mudança sem a autorização pela CONTRATANTE;
- 6.11 Manter a limpeza permanente das dependências da CONTRATANTE durante a execução dos serviços, bem como das áreas afetadas e dos locais disponibilizados para uso, prevendo, inclusive, a proteção dos bens móveis com material apropriado contra o risco de danos ou manchas provenientes da instalação dos equipamentos, devendo, ao término dos serviços, retirar do local, e remover para outro apropriado, todos os entulhos, materiais, equipamentos e instalações provisórias remanescentes, de acordo com as normas acerca de resíduos;
- 6.12 Refazer os serviços executados em desacordo com as características e especificações técnicas exigidas, sem ônus à CONTRATANTE e sem extensão do prazo para conclusão do serviço;
- 6.13 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 6.14 Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade do material empregado, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo todas as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação, as suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora das áreas de instalação, assim como o processo de sua utilização;
- 6.15 Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 6.16 O descumprimento das obrigações e das demais determinações ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão da contratação, sem prejuízo das demais sanções e facultará à CONTRATANTE a contratação da Empresa com a segunda melhor proposta e assim sucessivamente.

7 PENALIDADES:

- 7.1 Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado e reconhecido como tais pela CONTRATANTE, a inexecução parcial ou total das condições pactuadas neste instrumento, garantida a prévia defesa e o contraditório em regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que os atos porventura ensejarem, submeterá a CONTRATADA à aplicação das seguintes penalidades:
 - 7.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem faltas consideradas pela CONTRATANTE como sendo de pequena monta;
 - 7.1.2 Multa;
 - 7.1.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 3 (três) anos;
 - 7.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes dessa punição ou até que lhe seja concedida a reabilitação pela CONTRATANTE, desde que ressarcidos os prejuízos resultantes de seu procedimento e depois de transcorridos 3 (três) anos da punição.
- 7.2 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções, e sua cobrança não isentará a CONTRATADA do dever de indenizar danos eventualmente causados.



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

7.3 A aplicação da pena de multa à CONTRATADA deve obedecer às especificações seguintes:

7.3.1 Multa diária de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor total do Objeto, por atraso no prazo de execução do serviço, até o limite de 15 (quinze) dias;

7.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Objeto, em caso de inexecução parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto, de recusa em corrigir as deficiências ou em refazer os serviços, e de não cumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

7.3.3 Multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total da Contratação, em caso de inexecução total do objeto.

7.4 Quando, no entender da CONTRATANTE, a falta perpetrada justificar a rescisão contratual por justa causa, será aplicada à CONTRATADA a sanção de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor integral da contratação.

7.5 O desatendimento pela CONTRATADA às obrigações ajustadas configura falta no cumprimento deste termo.

7.6 Além de ensejarem a rescisão da contratação, configuram justa causa para a aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, de acordo com a gravidade da falta perpetrada:

7.6.1 O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto;

7.6.2 O desatendimento às determinações do fiscal desta contratação para a solução das faltas verificadas na execução do objeto;

7.6.3 A paralisação injustificada da execução do objeto;

7.6.4 A prática de qualquer ato que vise a fraudar ou burlar o cumprimento das obrigações fiscais, sociais ou trabalhistas decorrentes;

7.6.5 A utilização de mão de obra de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, em infração ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

7.7 A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública será aplicada à CONTRATADA se descumprir ou cumprir parcialmente os termos deste instrumento, e desde que deste fato resulte prejuízo à CONTRATANTE.

7.8 As penalidades de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública podem ser aplicadas, ainda, à CONTRATADA, no caso de sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais.

7.9 Exceto na hipótese de fraude, as penalidades de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública não serão aplicadas enquanto a CONTRATADA não houver sido punida anteriormente com penalidade menos severa.

7.10 A carência de equipamentos, ferramentas ou recursos materiais não pode ser alegada como motivo de força maior e não exime a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo descumprimento das obrigações estabelecidas.

8 GARANTIA

8.1. A contratada deverá conceder garantia do objeto de, no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data da entrega, considerando todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações.

8.2 Durante o período de garantia a empresa contratada deverá responsabilizar-se pela retirada e devolução, bem como encargos relacionados ao atendimento em garantia do produto sem qualquer ônus à Câmara de Vereadores;



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

8.3 Caso a empresa seja notificada para prestação de garantia, deverá providenciar a reparação/substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

9.1 O objeto será contratado pelo critério de julgamento por menor preço POR ITEM;

9.2 Propostas superiores aos valores estimados unitários e totais serão desclassificadas.

10. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA (MODELO ANEXO I):

10.1 A proposta de preços deverá conter as seguintes indicações:

10.1.2 Indicação do Proponente (Razão Social/CNPJ/Nome e contato do Responsável);

10.1.2 Preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca e modelo;

10.1.3 Prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias;

10.1.4 Declaração junto à proposta de que o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência;

10.1.5 Assinatura do responsável legal da empresa.

11. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

11.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da contratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3 Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da contratada;

11.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

11.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

12.1 A responsável pelo recebimento do objeto será a servidora Marcella Selbach Garcia Wolff, matrícula n.º 1708-6.

12.2 O objeto será recebido provisoriamente, pelo servidor responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

12.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Referência, devendo ser feito à custa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratante;

12.4 O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação e consequente aceitação.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01310012.001000 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.30.46.00.00 – Material Bibliográfico

14. VALORES E PAGAMENTOS

14.1. Os pagamentos serão efetivados em até 30 (dias) dias após entrega do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal (acompanhada dos dados bancários) e apresentação das negativas tributárias municipal,



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

estaduais e federais, e negativas trabalhistas e do FGTS da empresa, com data de emissão igual ou posterior à entrega do objeto.

14.2. As faturas/notas fiscais emitidas com erro deverão ser substituídas. Neste caso, a CONTRATANTE efetuará a devida comunicação à CONTRATADA, dentro do prazo fixado para pagamento, e disporá de até 10 (dez) dias, a partir da sua correção ou substituição, para efetivar o pagamento.

14.3 Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, consoante as normas vigentes, sejam federais ou municipais.

Triunfo, 22 de maio de 2024.

Marlon Alves Almeida
Diretor-Geral



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

ANEXO I (PROCESSO Nº 034/2024 – CONTRATAÇÕES)

**PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS/SERVIÇOS PARA
A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO/RS**

1.OBJETO: Aquisição de livros para capacitação e atualização dos servidores da Câmara de Vereadores de Triunfo, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor Máximo UNITÁRIO (R\$)	Valor Máximo TOTAL (R\$)
1	Guia prático da nova Lei de Licitações e Contratos 2023 - Autor Alexandre Nunes de Moraes.	UNID.	02		
2	Nova Lei de Licitações comparada Artigo por Artigo 2021 - Autor Alexandre Nunes de Moraes	UNID.	02		
3	Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas para municípios Vol I Licitações - Autor Marcelo Palavéri	UNID.	02		
4	Nova Lei de Licitações e contratações públicas para municípios Vol II Contratos Administrativos - Autor Marcelo Palavéri	UNID.	02		
5	Redação Oficial - Normas e modelos- Autor Adalberto J. Kaspary, 20º edição 2017	UNID.	01		
6	Técnica Legislativa - Legística Formal - Autor Kildare Gonçalves	UNID.	01		



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

	Carvalho , 6º edição, Ano de edição 2014; ano de publicação 2020				
7	Direito Municipal Brasileiro – Autor Hely Lopes Meirelles 21º edição Ano 2024	UNID.	01		
8	Processo Legislativo Constitucional – Autor João Trindade de Cavalcante Filho - 7º edição – Ano 2024	UNID.	01		
9	Curso de técnica legislativa: Teoria e Prática Autora: Marcela Domingos de Albuquerque. Ano 2021. Editora Dialética	UNID.	01		
TOTAL					

2. CADASTRO DA EMPRESA (OBRIGATÓRIO): Para fornecimento dos bens ou serviços indicados na listagem de cotação é imprescindível que a empresa detenha a atividade econômica correspondente listada no comprovante de inscrição e situação cadastral (CNPJ).

NOME/ RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____ **CNPJ:** _____

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: _____ **CPF:** _____

TELEFONE CONTATO (CELULAR): _____

E-MAIL DE CONTATO: _____

3. PROPOSTA: No preço proposto considerar-se-ão inclusos todos os custos referentes à entrega, materiais, equipamentos e ferramentas, motorista, combustível, vistorias, encargos e depreciação do veículo, bem como todas as despesas e obrigações relativas a salários, manutenção, previdência social, tributos, seguros, material de consumo, lucro e tudo mais que for necessário para prestação do objeto ora contratado.



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TRIUNFO

Valor Total: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta: 60 dias

Declaro pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à contratação em causa e plena concordância com as condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos.

Data: ____/____/____.

Responsável / EMPRESA
Carimbo com CNPJ da Empresa:

Observação: A proposta deverá ter todas as folhas rubricadas e a última carimbada e assinada pelo representante da empresa, entregue na Câmara Municipal de Vereadores ou digitalizada e encaminhada para o e-mail administracao@camaratriunfo.rs.gov.br.